

1ª PARTE

HOMENAGENS

HONRADO SEM HONRARIAS³

Lúcio Alcântara

A homenagem prestada pelo Parlamento cearense encerra para mim excepcional significado pela espontaneidade da iniciativa e a altura em que acontece. Destinada a comemorar meu percurso nas oito décadas de vida, transborda de jubilosas emoções o meu coração ao evocar minha atuação como médico, político e cidadão prestante, minha condição atual. Afastado da função pública, despidido do prestígio e honrarias que acarreta, chega isenta do vírus da lisonja que, de verdade ou presumida, contamina moções desse jaez. Sou-lhes por isso muito grato e a inscrevo entre as muitas recebidas como das que mais me cativaram. Resulta de proposição inicial de autoria do Presidente Evandro Leitão, do Deputado Firmo Camurça e da Deputada Dra. Silvana. Em seguida, subscrita por significativo número de parlamentares, adquire caráter coletivo confirmado pelo plenário. Dos três proponentes guardo a melhor impressão. Do Presidente, pela sensatez e habilidade que cedo o credenciaram a um lugar de relevo no cenário político; do Deputado, pela simplicidade e o trato gentil dispensado a quantos o procuram, seja como integrante do Poder Executivo ou do Legislativo; da Deputada, pela forma tenaz com que defende os princípios morais que a inspiram, pilastras do seu mandato.

Neste reencontro com a Assembleia Legislativa, onde já tomaram assento meu pai, Waldemar Alcântara, e meu tio, Adelino Alcântara Filho, sem dúvida inegáveis influências na minha opção pela política, não pretendo aqui rememorar a trajetória percorrida, longa e acidentada, no geral amplamente vitoriosa, no decurso da qual não acumulei ressentimentos nem mágoas. Decepções, sim, experimentei-as, dispersadas do meu coração pela brisa do tempo,

3. Agradecendo homenagem a Assembleia Legislativa pelos seus oitenta anos.

ainda que anotadas em meu canhenho. Aqui, repito Burke: “nada me ocorreu que não tenha ocorrido a outros homens melhores que eu”. Ingressei na política movido por genuína vocação, consolidada de maneira paulatina, sem me deixar levar por impulsos ou mera absorção de um legado hereditário. Na caminhada trilhei o vale fértil do êxito e o deserto do insucesso. Em minha alocução irei reportar-me à proveitosa relação que mantive com esta Casa quando ocupei o cargo de Governador do Estado, da qual resultaram notórios benefícios para a população do Ceará. Por derradeiro, irei servir-me da ocasião para reiterar a proeminência que atribuo ao Parlamento como instituição do Estado brasileiro.

Durante meu mandato, estabeleci respeitosa relação com o Legislativo traduzida na compreensão do seu papel institucional de controlar e corrigir o Executivo. Não coagi e não persegui as oposições com que me deparei, uma, aguerrida e ostensiva, outra, manhosa e dissimulada, infiltrada nas hostes governistas, cujos desígnios maliciosos seriam mais tarde expostos. Das queixas trazidas à baila me servi, quando era o caso, para corrigir falhas do governo; aos excessos ofensivos e às falas im procedentes, dediquei o merecido desprezo. Quando instado por opositores, os recebi prontamente como legítimos agentes no cumprimento de suas obrigações funcionais, sempre atento ao teor dos argumentos exibidos. Os projetos submetidos ao crivo dos deputados foram aprovados e, após indispensáveis debates, aprimorados e convertidos em leis. Ao anuir com a criação de uma emissora de televisão na estrutura da Assembleia tinha consciência que ampliava o espaço crítico da oposição, mais afeita ao uso da tribuna, por entender a importância do instrumento para promover a indispensável conexão entre mandatários e o povo. Deputado Federal em duas legislaturas (1982-1990), numa delas como constituinte e Senador (1994-2002), não poderia ser outra minha atitude democrática quando alçado à chefia do Executivo estadual. No Congresso Nacional aprendi muitas lições que colaboraram para conformar meu feitio político.

Fui parlamentar diligente e produtivo, distinto de colegas que encaravam o Parlamento como um exílio, interstício para ascensão ou retorno ao Executivo – objeto de seus desejos. Não à toa tenho repetido que seria mais útil ao governante se à experiência legislativa antecedesse o acesso ao Executivo como contribuição para moldar a feição do político incumbido da gestão.

A Constituição Brasileira estabelece no artigo 2º que “São poderes da União, independentes e harmônicos entre si o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Fosse o caso de estabelecer primazia para algum deles, esta, a meu juízo, haveria de recair sobre o Legislativo – o que de alguma forma viria a acontecer com a instituição do Parlamentarismo, no qual os parlamentares acumulam responsabilidade governativa. É dos poderes o mais exposto, o mais receptivo aos anseios populares, onde livremente se faz ouvir a voz da opinião pública. Por isso mesmo é o mais vulnerável à crítica e à invasão de prerrogativas, às quais responde mal, quando o faz, imobilizado pela diversidade de interesse de seus integrantes. A Revolução Gloriosa (1688) que se deu na Inglaterra, pôs fim ao Absolutismo real e instituiu a Monarquia Constitucional consolidada com a Declaração de Direitos (1689). A partir daí o crescente fortalecimento do Parlamento iria culminar com a implantação do Parlamentarismo, exitoso regime de governo prevalecente em tradicionais democracias. A partilha do poder num colegiado de grandes dimensões cobra normas claras de funcionamento, partidos fortes, espírito público e maior responsabilidade de seus membros, premissas de resto inerentes aos parlamentos, assim também exigíveis no sistema presidencialista. Faz-se mister, portanto, competência, espírito público e consistência moral de seus componentes. O filtro do pleito eleitoral, etapa de acesso, deve estar regulado por normas que assegurem a liberdade de escolha e isonomia entre os concorrentes. Já se disse que no Império as eleições eram ilegítimas, mas os eleitos tinham qualidade. Sobre os colegas, o Conde Afonso Celso, deputado por oito anos, comentou “que eram todos pobres: a política até então nunca enriquecera ninguém no Brasil”.

Aos que me têm procurado, candidatos ou parlamentares recém-eleitos em busca de sugestões para campanha e orientações para o exercício do mandato, sirvo-me desta tribuna para reproduzir o pensamento de históricas figuras que se debruçaram sobre o tema. Quiçá possa ajudá-los de algum modo no cumprimento do nobre múnus que os desafia. Não tenho a pretensão de lecionar como mestre, que não sou, senão um eterno aprendiz das lições da política e leitor de memoráveis homens públicos.

O passaporte válido para nela ingressar deve ser a vocação, o chamado, o espírito público, o amor à causa, sem o que tudo é vaidade, privilégio de herança e transação, negócio. Se essas virtudes forem a real motivação do candidato, ele dispõe na largada do capital moral capaz de impulsionar sua carreira. No século XIX e nos primeiros anos do XX, as promessas do candidato se faziam através de cartas dirigidas aos eleitores do círculo pelo qual concorriam. Almino Afonso, candidato à Câmara em 1889, no manifesto dirigido aos eleitores rio-grandenses do norte afirmou “não ter programas, bolhas de sabão e promessas que acreditam seus portadores”, provavelmente por sabê-las inconfiáveis. Prometeu apenas que seria portador “do recado de mágoas” dos conterrâneos, o que já não seria pouca coisa. Almeida Garrett, (1799-1854) notável escritor português, ícone do Modernismo luso, escreveu a pedido de um amigo uma “Carta de Guia Para Eleitores”, reflexão sobre a dificuldade de se fazerem escolhas certas. Embaladas pela opinião pública, decisões lesivas à nação são tomadas com base pela avaliação equivocada da sociedade. Embaladas pela opinião pública, decisões lesivas à nação são tomadas condicionadas pela avaliação equivocada da sociedade. Haja vista os exemplos brasileiros. Na Carta, Garrett preconiza a necessidade de distinguir o espírito de partido do espírito público, ou seja, que este predomine sobre aquele, de cunho pessoal ou útil apenas ao governo. Na tentativa de facilitar a tarefa do eleitor ao definir o perfil do que seria um bom deputado, reuniu em seu texto um rol de atributos a que denominou “qualidades de elegibilidade”, cuja reprodução resumida transcrevo:

Amor desinteressado da causa pública
Amor de liberdade legal, prudente e moderada, mas não tímida
nem covarde
Religião, mas sem fanatismo
Letras, mas sem tretas, saber bem e útil
Honra, probidade e inteireza de caráter

Não bastasse, listou igualmente as de rejeição, que deixo de mencionar por falta de espaço.

Já Edmund Burke (1729-1797), nascido em Dublin, grande pensador político britânico, deputado à Câmara dos Comuns, definido como um “conservador liberal”, apologista do parlamento onde disse viveu a satisfação de poder servir ao país que o viu nascer. Ainda hoje lembrado pela forma como se opôs à Revolução Francesa (1789) no livro *Reflexões Sobre a Revolução Francesa*, obra influente na elaboração do pensamento conservador. Julgava inaceitáveis as revoluções, a não ser como último remédio; na medida em que implica na substituição do antigo estado de um país requer razões extraordinárias para justificar-se antes de se esgotarem todas as formas de combate à opressão do povo. Feita em nome dos agravos da população, a francesa lhe parecia menos política e mais de “doutrina e dogma”, à semelhança das revoluções religiosas, como tal destinada a estender-se a todos os povos. Fiel ao espírito prático dos ingleses foi um crítico sistemático do chamado romantismo político centrado na figura do escritor e filósofo Jean Jacques Rousseau cujas ideias considera inaplicáveis à “vida e costumes reais” Defensor da independência do Parlamento, apresentou projeto de lei com o objetivo de diminuir o número de cargos inúteis e bem remunerados, “poderoso instrumento de corrupção e domínio mediante os quais ministros recompensavam a fidelidade dos deputados”. Eleito deputado à Câmara dos Comuns pelo populoso distrito de Bristol,

no discurso de posse cuidou de fixar os limites da relação entre o representante e seus mandantes, os eleitores. Opôs-se ao voto imperativo ao tempo que admitiu ser dever do deputado “colocar a serviço do distrito toda sua atividade, desvelo, esforço, sem o sacrifício de sua opinião imparcial, juízo maduro, consciência ilustrada ao distrito e a ninguém. Ao sacrificar seu juízo à opinião do distrito, o trai”. Por pensar, e assim agir, sem apoio para se reeleger, deixa o Parlamento, ao qual mais tarde voltaria. Defensor da liberdade com prudência, que “sem esta virtude, é o pior dos males possíveis, loucura, vício, mendacidade, sem tutela, nem freio”, antes de mais nada preconiza capacitar as pessoas para gozarem da liberdade na medida em que aceitem adotar valores morais de efeito disciplinador. Burke pregou pelo exemplo. Pragmático, preocupou-se em aliar a teoria à prática e descrever o estadista de escol como alguém “bom, animado dos melhores desejos e que tenha talento para realizá-los ao discernir o que é preciso reformar do que é necessário conservar”.

No Brasil, o Conde Afonso Celso (1860-1938), filho do Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete do Império, deputado em dois mandatos, republicano na Monarquia e monarquista na República, decorrência da decepção com o novo regime, nos deixou curioso relato, publicado em livro, da experiência e convívio com os colegas no Parlamento. *Oito Anos de Parlamento* é um precioso documento de época, depoimento que concorre para um melhor entendimento da dinâmica dos poderes políticos do país. Em suas primeiras impressões relata o choque de quem, oriundo da academia pleno de ilusões, defronta-se com a realidade humana da política, meio onde afloram atitudes que lembram a selvageria, segundo a visão de Max Nordau, que invoca, citando-o: “todas as condições da vida dos homens primitivos – vida em que não há tréguas nem repouso, em que cada qual deve combater e vigiar, espreitar, espionar, pesquisar as pegadas dos outros e apagar as próprias, dormir com as armas na mão e os olhos semi-abertos – vida em que cada homem é um inimigo, em que temos a mão levantada contra todos e a mão de

todos levantada contra nós, em que somos sem cessar vilipendiados, molestados, caluniados, contundidos, em que vivemos, numa palavra como o pele-vermelha sobre a pista de guerra, nas florestas antigas”. Sensação inicial que se dissipa ao desvendar qualidades que o levam a “interessar-se pelo jogo da política”.

Tenho enxergado no deputado um ser humano atormentado, no mínimo um permanente ansioso. Mal acaba de ser eleito, inseguro, enquanto aguarda o desfecho dos trâmites na justiça já pensa na próxima eleição, na volubilidade dos apoiadores, nos compromissos assumidos, no futuro das relações com o Executivo, na viabilidade de suas aspirações. Ao perceber essa realidade, sempre fui tolerante e compreensivo no trato com eles, até ao admitir, sem ressentimento, manobras de sobrevivência política, desde que adotadas dentro de limites aceitáveis. Afonso Celso nos legou um elenco de sugestões voltadas à fidelização dos eleitores. Ao repeti-las, faço-o na expectativa de que possam ser de alguma utilidade para os que militam na política até por ter ouvido tantas vezes que a eleição mais difícil costuma ser a segunda.

Regras para captar e reter as simpatias dos eleitores

Tratá-los com polidez e apreço

Falar-lhes invariavelmente a verdade

Proceder com a máxima lisura

Cumprir responder a todas as cartas, mesmo e mormente quando se lhes nega o serviço solicitado

Se vêm ao Rio, interessar-se pelos seus negócios, levá-los à Câmara, satisfazer-lhe no limite do razoável as incumbências, rejeitando com franqueza as inexequíveis

Solicitar-lhes insistentemente o voto, capacitando-os de que concorrendo ao pleito, fazem assinalado favor

Enfim, vantagem-se quanto puder o deputado no desempenho dos seus deveres. Apareça de forma airoso na tribuna e na

imprensa. Faça falar vantajosamente de si. Convém ao amor próprio dos mandantes.

Afonso Celso exerceu o mandato em período de grande turbulência política, tomado por acerbos discussões centradas na abolição da escravatura e na Proclamação da República. Não obstante, afirma que reinava cordialidade entre os deputados mesmo após acirrados debates. Se falavam mal de colegas, era em particular, sobretudo de membros do mesmo partido. Lembro, a propósito, que no sistema eleitoral vigente no Brasil são adversários os próprios companheiros de partido, concorrentes às vagas disponíveis, o que alimenta animosidades internas. Aos 22 anos de idade ascende à Câmara. Apresentado ao Presidente Martinho Campos o qual do alto poder que detinha “espécie de 8º ministro”, este instrui o neófito quanto ao seu comportamento, no intuito de fazer carreira como deputado, transmitindo-lhe as seguintes orientações:

Andar bem com o Presidente da Casa, pode atacá-lo, mas com jeito. Nunca briguem

Agredir o adversário de modo a não se tornar incompatível com ele. O mundo e a política dão imensas voltas. Convém deixar margem para possíveis reconciliações e alianças

Ocupar constantemente seu lugar no recinto. Não se demorar em palestra pelos corredores. Evitam-se assim intrigas, não se externam coisas de que provenha arrependimento, nem se ouvem outras desagradáveis

É preciso que o novel deputado pratique um ato qualquer de energia, não perca oportunidades de provar que não engole desaforos, mas, ao contrário, sendo conveniente, saber dizê-los. Desaforo não se leva para casa. Repelido cabalmente o primeiro, está acabado, vive-se por longo tempo em harmonia com todo mundo.

Muitos anos depois a jornalista Eugênia Lopes publicou, no Jornal do Brasil, edição de 1º de fevereiro de 1999, *O Decálogo dos Novatos*, atualização de alertas anteriores.

Cabe ainda ligeira apreciação sobre o discurso, veículo das ideias do parlamentar, cuja importância para o desempenho do mandato dispensa realçar. Este, para contar, segundo o Deputado-Conde, devia ser escrito e longo, embora sem sentido prático, os decorados não calavam. Se belos discursos mudavam de opiniões, mas não os votos, segundo Thiers esses valiam mais graças à honestidade de quem os pronunciava do que pelas palavras proferidas. O caráter do orador convencia mais que o brilho do discurso. George Washington recomendou ao seu sobrinho deputado que falasse pouco e apenas sobre temas importantes. Contra a banalização das intervenções houve até quem ao longo do mandato fizesse apenas um discurso, receoso de não repetir o sucesso da estreia. Tal o que se deu com o famoso parlamentar inglês William Gerard Hamilton, que ficou conhecido como *single speech Hamilton*. Tanta contenção pode se justificar pelo temor de incorrer em nefasto exibicionismo, exaltação de pretensas ou reais virtudes.

O que sou, o que consegui fazer, é fruto da modelagem de muitas mãos, conhecidas e anônimas. Produto de muitos oleiros do barro humano para os quais volto meu pensamento em momento de elevação espiritual, que muito me comove pela generosa emanção dos corações desta amostra da minha gente, tão representativa da sociedade cearense: familiares, amigos, autoridades e povo. Aos meus filhos, Maria Daniela e Leonardo aos netos Lúcio, Lucas e Amanda, e de modo especial à minha mulher Maria Beatriz, que estranha à política partidária praticou a boa política que me ofereceu a paz doméstica ao me abrir as portas da rua indo comigo ao encontro do meu destino, dedico perene gratidão. Meus pais Dolores e Waldemar, matrizes da minha formação, são o espelho humano em que me mirei para galgar a altura dos seus sonhos. De uns anos à esta parte são

muitos os que vislumbram em mim uma semelhança física com ele, o que não deixa de me agradar. Estaria ainda mais feliz se vissem em mim ao menos vestígios do virtuoso perfil que dele gizou o colega e amigo Newton Gonçalves quando lhe foi concedido o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Ceará.

Ês altivo sem arrogância

Forte sem prepotência

Respeitado sem atemorizar

Sério sem orgulho

Disciplinado sem subalternidade

Decidido sem ofender.

Sendo a glória do discurso efêmera, a do caráter permanece.

Muito obrigado!

Fortaleza, 4 de agosto de 2023